

## D. FILIPA DE LENCASTRE: REPRESENTAÇÕES DE UMA RAINHA

Amélia Maria Polónia da Silva

I. Propomo-nos, neste estudo, desenvolver uma análise estrutural de três textos que representam uma figura importante na sociedade portuguesa quatrocentista: D. Filipa de Lencastre. É nosso objectivo reconstruir e analisar a funcionalidade cultural e ideológica coeva das imagens normativas da soberana veiculadas por esses textos. A aproximação que propomos, relativa a D. Filipa de Lencastre, deve-se à importância do seu desempenho na sociedade medieval, enquanto geradora de uma dinastia, dominante no contexto histórico português, e mesmo da Europa Moderna. Essa abordagem centrar-se-á em três obras quatrocentistas, sensivelmente contemporâneas: a *Crónica del Rei dom Joan I da boa memória. Parte segunda*, de Fernão Lopes (1); a *Crónica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I*, de Gomes Eanes de Zurara (2) e, finalmente, o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte (3). O cotejo dos textos mencionados tem a ver com uma dupla ordem de factores: por um lado, a sua emergência dentro de balizas cronológicas que definem relações de contemporaneidade com a vivência do "actor" social que, sob diversos ângulos, representam; por outro, com o facto de se afirmarem como produções literárias significativas de determinado espaço sócio-cultural.

II. Escorados nas precisões enunciadas, passaremos a cotejar cada um dos textos, apostados em delinear, quer os perfis da rainha, quer os polos de observação a partir dos quais a personagem é apreciada.

Iniciemos a nossa análise com o discurso de Fernão Lopes, na segunda parte da *Crónica del rei dom Joam I de boa memória*. A atenção do cronista, no que toca às representações da soberana, parece centrar-se, fundamentalmente, no casamento real, sem que deixe, todavia, de presen-

tar uma atenção particular a D. Filipa de Lencastre, enquanto personagem de valor próprio, sendo-lhe dedicado, em exclusivo, um dos capítulos da obra, versando os seus "costumes e bondades"(4). A figura da rainha é, com efeito, construída em torno de dois vectores centrais. Referimo-nos à sua ascendência e aos seus costumes e atributos, profusamente enaltecidos.

Note-se que a representação da personagem é desenvolvida em intimidade narrativa com toda a trama conducente à concretização do casamento real. Na verdade, e logo no primeiro momento desse episódio, aquando da escolha de D. João I entre D. Filipa e sua irmã, colhe-se uma carga política e psicológica plasmada em D. Filipa de Lencastre, polarizando o autor a opção entre a guerra inevitável (motivada pela herança de D. Catarina ao reino de Castela), e a solução de paz e estabilidade encarnada pela futura consorte do rei.

Por sua vez, da descrição da cerimónia, e respectivas comemorações resulta claro o estatuto real dos nubentes e, sobretudo, a sua idêntica dignidade, visível, aliás, ritual e exteriormente. Com efeito, o autor insiste no facto de não irem "...areados hum do outro, mas ambos iguall" (5).

Fernão Lopes não deixa, contudo, de se referir aos argumentos apresentados por "hum auctor", ao que parece, Ayala, que deixam antever a ilegitimidade, ainda que provisória, do casamento real, circunstância que teria motivado um momento de discórdia entre o rei e o duque de Lencastre. Concedamos a palavra ao narrador:

"... Dos quaaes razoões, diz, que se o Duque queixou, dizendo contra el-Rey que fiamdo el delle sua filha e deixando-lha em arafens (...) pera depois casar com ella tanto que dispensaçom ouuesse, que el a tomara por molher, dormyndo com ella ante que as leteras de Roma veessem (...) e que per estas razõoes foram per dias nom bem acordados ..." (6)

Os motivos invocados mereceram a refutação de Fernão Lopes, ao longo de uma exposição pormenorizada dos progressos e reveses dos trâmites conducentes à dispensa papal, sublinhando o cronista, finalmente, a legitimidade incontestada do matrimónio através dos documentos emanados da cúria pontifícia.

As referências à rainha não se esgotam, no entanto, no quadro do casamento. Os seus atributos, práticas e normas de comportamento constituem outras tantas vertentes de uma narração polifacetada, cuja análise nos incumbe fazer. Conquanto não exista uma linha discursiva que nos permita sistematizar, partindo das aportações analíticas do autor, o perfil de D. Filipa de Lencastre, tentaremos interrogar o texto de forma a dele extrair um quadro tanto quanto possível completo, da soberana. Atenhamo-nos, pois, a algumas citações textuais. Referindo-se às práticas religiosas e valores cristãos da personagem, diz-nos Fernando Lopes:

"Esta bemaumenturada Rainha, assy como em sua moçidade era devota e nos diuinaaes officios sperta, assy o foy e muyto mais depois que teve casa e hordenou aa sua uontade. Ella rezaua sempre sas oras canonicas pello costume de Saresbri; (...). Todallas sextas feiras tinha costume rezar o psalterio, nom fallando a nenhuuma pessoa ataa que o acabaua de todo; (...) Dos jejuuns nom compre fazer sermon, nem do leer das Santas SScripturas em conuenhaees tempos; ca assy era todo repartido com tam madura discriçom que nunca a ociosidade em sua maginaçam achaua morada." (7)

Práticas que eram aliás, completamentadas por outros atributos, como o espírito caritativo e a piedade.

Se é verdade que no curto mas incisivo capítulo, dedicado em exclusivo a D. Filipa de Lencastre, fica ilustrada a sua faceta de boa cristã, não menos resulta clara a sua participação num mundo mais "terreno", ou, se se quiser, mais humano. Senão vejamos:

"Amou bem fielmente o sseu muy nobre marido, teemdo gram sentido de o nunca anojar, e da boa ensinança e criaçom de seus filhos" (8)

E ainda:

"Em ella auia huuma chãa conuersaçom, proueitosa a muytos sem oufana de seu real estado, com doçes e graçiosas pal-lauras a todos praziueis douuir. Allegraua-se algumas (vezes) por nom parecer de todo apartada despaçar com su-

as domzellas em jogos sem suspeita de engano licitos e co-  
nuinhaaues a toda onesta pessoa," (9)

A apreciação subjacente às citações *supra* está, aliás, resumida logo do início do mesmo capítulo, em que se considera que "era honrada em seendo iffante de todas bomdades que a molhor dalto logar pertee(n) ce, assy foy e muyto mais depois que nouamente foy casada e posta em real estado..." (10). Disto resulta a afirmação da exemplaridade do modelo, eminentemente pedagógico, considerando o autor que os seus "... perfeitos costumes (...) assaz seriam debastosa ensinança pera quaesquer mulheres, posto que de moor estado fossem." (11)

Se a exposição do cronista nos fornece, neste capítulo, um perfil articulado da rainha, a sua projecção é visível em outras passagens da obra sobretudo quando, ao enunciar os preceitos e qualidades dos infantes, se alude à sua acção de educadora, ou quando, ao esboçar uma simbiose dos traços acima descritos, com a imagem da mulher frágil, sensível e delicada, se traça um perfil da soberana, envolto até numa certa auréola da santidade. Referimo-nos ao episódio da doença do rei nos paços de Curval, no qual, ao choro e desespero da rainha-mulher recém-casada e repatriada, se junta a devoção a que se atribui a cura do monarca, aquilo que "...nom foy em menos conta theudo como se ressuscitara da morte aa vida" (12)

Com esta análise, ainda que parcelar, das representações da rainha na obra de Fernão Lopes, cremos ter recolhido os principais traços de um vetusto retrato de D. Filipa de Lencastre, traçados contemporaneamente pelo maior cronista da época.

Avancemos, porém, na nossa exposição, recenseando mais uma contribuição sobre o tema indicado. Será, desta feita, a de Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei Dom João I*, elaborada a pedido de D. Afonso V, entre 1449 e 1450. A representação que este autor desenvolve de D. Filipa de Lencastre parece centrar-se, quase exclusivamente, em dois momentos narrativos: o impulso dado à decisão da tomada de Ceuta, e o episódio da doença e morte da soberana, que aliás, se fundem, por solidariedade, da trama discursiva, num só nexo de análise.

Um dos traços que parece resultar sublinhado no primeiro momento referido -a decisão sobre a tomada de Ceuta- é o da importância política da legitimação dada pela rainha ao empreendimento. Tomando as

palavras atribuídas ao rei, julgamos ficar clara esta referência:

"Consijrey açerqua de nossos feitos começados e acho que pera se bem poderem emxecutar, tenho dous muy grandes impedimentos. O primeiro he a Rainha minha sobre todos muyto preçada e amada molher, a quall por suas grandes uirtudes e bondades he assy amada de todos gerallmente, que sse ella em este feito nom da comsentimento, nenhũm dos do pouoo nem ajuda dos outros mayores, nunca poram maão em este feito com nenhũa fiuza nem esforço..." (13)

O mesmo nexo é sublinhado pelo testemunho de uma carta da principal consorte do rei de Granada, a qual, prevendo o fracasso diplomático dos enviados ao rei português, solicita a D. Filipa a sua intervenção a favor da dita empresa, balizada na convicção de que "... os bõos requerimentos das molheres mouiam os corações dos maridos." (14) Se a atitude da rainha moura se escurava em cansabidas intervenções da soberana portuguesa nos assuntos de Estado, é algo que permanece obscuro, ainda que tal suposição seja intencionalmente contraditada pela resposta então dada. D. Filipa, arrastada pelo dasamor aos infiéis, define um verdadeiro modelo de rainha cristã, segundo o qual:

"... antre os christãos nom he bem comtado a nenhũma rrainha nem a outra nenhũa grande primçesa de sse tremer nos feitos do seu marido, quando em semelhantes casos pera os quaaes elles teem seus conselhos, homde determinam seus feitos segundo entendem e as suas molheres quamto melhores ssam, tanto com mayor dilligência se guardam de quererem saber o que a elles perteeçe." (15)

Ressalva, porém, que "... ellas nom som assy afastadas de todo, que lhes nom fique poder de rrequerer o que lhes praz, mas estes requerimentos ssam taaes que os maridos nom ham rezam de lhes neguar e algũuas que o contrairo fazem, nom som auidas por ensinadas nem discretas." (16) Não parece, pois, de todo, anulada a importância política e social da acção da soberana, sugerida na primeira citação, porquanto o que posteriormente se esboça são os princípios normativos da prática da boa rainha, que não excluem, todavia, a sua acção pessoal, desde que legitimadas por juízos de incontestável valor.



Retomemos, porém o fim analítico que atrás destacámos. Com efeito, a narrativa da doença e morte da rainha, envolvida num clima de crescente misticismo, é conjugada com informações acerca do empreendimento militar de Ceuta. O êxito da empresa encontra-se, aliás, ligado por elo carismático à entrega das espadas e relíquias por D. Filipa de Lencastre, em vésperas da morte, a seus filhos, unindo-se, assim, simbolicamente, o empreendimento militar à protecção divina e à propagação da fé.

São, paralelamente, sublinhadas as relações da rainha com seus filhos, insistindo o cronista numa certa projecção daquela na vida dos infantes. Com efeito, esse vector é plasmado, quer no episódio em que a rainha, nos últimos momentos de vida, atribui funções sociais a desempenhar pelos três infantes - D. Duarte, D. Henrique e D. Pedro - , quer na ocorrência, simbólica, de D. Duarte ter levado consigo para o túmulo o lenho da cruz que lhe fora dada por sua mãe, quer ainda na nítida transposição do carisma pessoal da rainha para o infante D. Henrique, através de uma relação de preferência explicitada por Gomes Eanes de Zurara. Através deste nexo, de novo se liga, pois, a figura de D. Filipa de Lencastre ao projecto expansionista, fazendo-se entroncar na sua "diuinal consijraçom" (17) pelo infante, a premonição da excelência do papel que este exerceria no âmbito da expansão e conquista ultramarinas. (18)

Toda esta trama discursiva permanece assim, e como assinalámos, solidária com um outro plano narrativo - o da doença e morte da soberana. Na verdade, a narração destes episódios constitui, ao que parece, um ponto de viragem no texto: se, até esse momento, a soberana é adjectivada de "virtuosa" e de "boa mulher", a partir daí é o epíteto de "santa" aquele que com maior frequência se nos depara.

Os dois momentos considerados - doença e morte - devem ser, contudo, abordados separadamente, de modo a podermos desfibrar, com maior minúcia, a auréola de santidade que se colhe do relato da sua morte. De facto, desta ocorrência, de cuja descrição resulta um clima místico, saem sublinhadas as alusões ao perfil hagiográfico da rainha, à qual nos últimos momentos de vida é comunicada a garantia de salvação. Conta-nos o autor "... como lhe nosso Senhor Deos quis dar conhecimento do uerdadeyro saber, mostrando-lhe a escuridade da presente uida per intrinsico amor, que lhe deu de si meesmo com certo conheci-

mento da fim de sua uida." (19)

De resto, outros extractos documentam o clima visionário e profético que envolve o "memento mori":

"Eu sobyreí no alto, e do alto uos uerey e a minha doença nom toruara a uossa hida ca uos partirees per festa de Santiago do que todos foram muito marauilhados, duuidando mujto que tall cousa podesse seer (...) Empero a Santa Rainha fallaua como quem o sabia ca assy foi perfectamente cumprido ..." (20)

Integrado, ainda, neste espaço discursivo, diz-nos o autor que "... lhe apareceo nossa Senhora pera lhe dar uerdaeyro esforço pera passagem daquela hora forte ca (...) ella endereçou seu rrostto pera cima. teendo seus olhos dereitamente contra o çeeo, sem nenhũu mudamento de comtenemça e foy uisto em ella hũu aar todo cheo de graça. o quall todos uivisuelmente conheciam que era sprituall ..." (21)

A morte da rainha apresenta-se, assim, como um episódio verdadeiramente central, no qual se identificam prováveis influências das "artes moriendi" dos finais da Idade Média, já que a sua salvação eterna é garantida, fundamentalmente, por uma morte exemplar. Com efeito, a soberana parece obter a sua salvação no combate último, travado no seu leito de agonia. E é, precisamente, enquanto D. Filipa definha no mosteiro de Odivelas que o autor nos traça o seu retrato mais incisivo, dominando pelo comedimento, a simplicidade, a castidade, a abstinência, o rigor das práticas religiosas, as ocupações e acções dignificantes, documentos da vivência de uma personagem que, aureolada de santidade no momento da morte, a terá alcançado já em vida.

Centremo-nos, por fim, no texto de D. Duarte - *Leal Conselheiro*, o qual, distinto das narrativas cronísticas precedentes, constitui, na nossa análise, um ponto de chegada.

De uma leitura menos atenta desta obra, o que de imediato se colhe é uma global ausência de referências à personagem que procuramos apreender. De facto, D. Filipa apenas é mencionada em dois momentos discursivos. Referimo-nos ao episódio da doença de "humor menencórico" de que padeceu D. Duarte e à descrição do quadro familiar, no capítulo XCVIII, indiciado com o título "Da prática que tínhamos com El-Rei meu Senhor e Padre cuja alma Deus haja". Nenhuma das duas passagens é vo-

cacionada à abordagem directa da rainha, e disso resulta uma imagem ténue e impalpável da soberana.

No primeiro episódio em causa, centrado na enfermidade de D. Duarte, a cura deste surge directamente ligada à doença e morte da mãe, resultando clara a função de panaceia que era atribuída a estes momentos. Explicitemos, com palavras do próprio autor, esta ideia central:

"... E estando em tal estado, a muito virtuosa rainha, minha Senhora e Madre, que Deus haja, de pestilência se finou, do que eu filhei assim grande sentimento que perdi todo receio, a ela em sua infirmitade sempre me cheguei e servi sem algum empacho, como se tal dor não sentisse. E aqesto foi começo da minha cura, porque sentindo a ela, deixei de me sentir a mim." (22)

Outro nexó nodal do mesmo episódio insiste num fundamento divino da cura, o que nos coloca perante duas hipóteses interpretativas: ou a doença e morte da rainha constituem factores de anulação da angústia do infante por descentramento, ou, pelo contrário, esse episódio transformou-se num instrumento divino, manuseado por Deus, de guisa a permitir a cura da enfermidade do príncipe.

Se as alusões focadas resultam de uma leitura difícil, não são mais imediatas as inferências a retirar do segundo episódio citado, do qual se cotejam duas citações, consideradas expressivas:

"E nos havemos por muito bem-aventurados, além da honra e proveito, por havermos tão virtuosos Padre e Madre por senhores, dos quais recebemos nossa principal ensinamça." (23)

"E por o dito senhor Rei nós fomos, por suas grandes virtudes, muito saber e bom amor em esta prática bem suportados, e sempre entendemos que por ele e por a rainha, nossa senhora e madre em todas grandes virtudes muito perfeita, cuja alma cremos que é em santa glória, fomos encaminhados a qualquer boa maneira que sobre isto tivemos." (24)

Situemos, antes de mais, estes extractos na sua imprescindível intertextualidade. Antes, porém, importa revelar que se trata de uma



carta escrita por D. Duarte, em Évora, a 25 de Janeiro de 1433, destinada aos seus cunhados, os infantes Henrique e João de Aragão. Encontramo-nos perante um texto extenso, elaborado a partir do relato das relações dos infantes com D. João I, caracterizadas por uma total obediência e completa abdicação das vontades filiais, surgindo o rei, tal como sublinha João Morais Barbosa, como um "paralelo humano da figura omnipresente de Deus". (25) De facto, os sentimentos de amor - temor suscitados pela figura real são transposições nítidas de atitudes idênticas assumidas pelo cristão perante Deus, e insistentemente sugeridas pela moral católica dos finais da Idade Média.

É neste contexto literário que se inscrevem as parcas referências a D. Filipa de Lencastre, colocadas no final da exposição. Atenemos, de seguida, na possível funcionalidade dessas alusões à rainha-mãe. Parece claro que a formação da postura filial, largamente explicitada na epístola, e a sua própria assimilação ao sentimento religioso têm raízes na educação, na "ensinamça" a que D. Duarte se refere no primeiro extracto, e da qual seriam agentes, os seus "virtuosos Padre e Madre", responsáveis, de resto, pelo comportamento modelar dos infantes, segundo os parâmetros do cristianismo medievo. Cremos estar deste modo, autorizados a surpreender uma omnipresença de D. Filipa de Lencastre em todo o episódio, adivinhada, quer na raiz de todas as atitudes dos infantes para com seu pai, quer na origem da imagem do Rei-Pai-Deus que nos é apresentada por D. Duarte.

Não nos enganemos, todavia. Se a ausência da soberana não é tão absoluta quanto se supunha, o seu perfil ficou por delinear. Na verdade, o que deste texto se destaca é não tanto o perfil de D. Filipa de Lencastre, mas os contornos da rainha, traçados para apresentá-la como modelo pedagógico, que só poderá ser obviamente compreendido através de uma leitura intertextual.

III. Cotejados que foram, um a um, os textos que constituem objecto da nossa investigação, passaremos a esboçar uma sistematização comparativa que permita reconstruir o perfil da rainha, a partir de uma leitura horizontal das várias representações consideradas. No que toca a rede vectorial de análise desses textos, ela parece poder reduzir-se a uma estrutura singela, que contempla, basicamente, três vertentes, con-

jugadas num todo articulado. Referimo-nos à consideração da personagem representada como ESPOSA/MÃE, RAINHA e CRISTÃ, vectores que funcionarão como sub-campos analíticos. Encontramo-nos, obviamente, confrontados com uma grelha sugerida pela documentação, que poderá, com certa facilidade, ter uma tradução gráfica.

A percepção do papel de Esposa/Mãe, desempenhado por D.Filipa, implica o recenseamento de dados de análise que contemplam, para além das descrições do casamento, as representações centradas nas relações matrimoniais e maternas, e, com uma certa especificidade, na sua atitude de educadora. No que se refere ao seu desempenho de rainha, os polos de análise identificados parecem poder subdividir-se entre o peso legitimador da ascendência e as suas posturas, sociais e institucionais. Finalmente, o seu retrato de cristã parece responder à dilucidação de uns quantos *ítems* tipificáveis, entre os quais se contam as virtudes e vivências cristãs da soberana e ainda, o sentido religioso da sua doença e morte.

Importará relevar, porém, que os vários campos de registo se encontram diferentemente preenchidos, em função de cada obra considerada, como graficamente se constata (VER QUADRO ANEXO).

Reconstruída a grelha analítica, detenhamo-nos, com alguma minúcia, numa leitura horizontal do conteúdo dos vários registos, a partir de cada fonte estudada, iniciando a nossa observação pela Segunda Parte da *Crónica del Rey dom Joam I...*, De Fernão Lopes.

A dimensão narrativa de cada um dos referentes de leitura propostos é, naturalmente, variável, e o que parece destacar-se da crónica de Fernão Lopes é o peso narrativo do casamento real, sendo este acompanhado, num plano subsidiário, pela reconstituição da ascendência de D. Filipa de Lencastre e das suas relações matrimoniais, das quais se destaca uma clara lição de solidariedade para com o marido. As referências a um modelo de comedimento e equilíbrio identificado nas suas posturas sociais e, ainda, as alusões às suas normas de conduta cristã e práticas religiosas, coadjuvadas por indiscutíveis virtudes, completam um quadro traçado por "pinceladas" fortes e certeiras, próprias de um discurso vivo, directo e ágil.

Gomes Eanes de Zurara é o autor que preenche de forma mais exhaustiva o quadro considerado, insistindo, com um claro sublinhado, nas relações conjugais e maternas, na atitude de educadora da rainha, nos

seus comportamentos sociais e institucionais e, particularmente, no profundo cunho cristão das suas práticas e normas de conduta, consubstanciado, em extremo, na auréola de santidade captada, em particular, no relato da doença e morte da soberana.

Por fim, o *Leal Conselheiro* apresenta-se como o texto mais omissivo de referências directas à figura em análise, desenvolvendo, contudo, alusões expressas à atitude de educadora da Rainha-Mãe e, ainda, à função de panaceia que atribui à sua doença e morte, momentos que adquirem um significado actuante.

Da comparação dos três textos cotejados, julgamos ficar claro que a imagem final, em qualquer das vertentes consideradas, aponta para uma figura modelar. O paradigma da Esposa/Mãe/ é complementado pelo retrato da "boa rainha" e cristã fervorosa à qual se confere o epíteto de "santa".

De uma leitura cruzada dos campos de registo identificados, ressalta o perfil da "rainha-santa", a par do modelo aristocrático da Esposa/Mãe, assumindo o retrato de D. Filipa de Lencastre uma clara exemplaridade, como tentamos mostrar na representação gráfica. Dessa postura modelar revela também o reconhecimento do valor dos seus juízos tutelares sobre os destinos da nação, enquanto da sua acção de educadora parece surgir explicado o comportamento exemplar da prole, como das suas atitudes religiosas se nos afigura ressaltar a santidade que lhe é atribuída, confirmada, aliás, pela incorruptibilidade do corpo.

Vergada sob o peso da oração, castidade, contemplação, penitência e caridade que pratica em grau eminente, informada a sua morte de um nexos de santidade, o retrato de D. Filipa de Lencastre estabelece, com efeito, uma forte identidade com protótipos hagiográficos femininos.

A discussão das fontes tópicas a que recorreram os autores estudados é remetida para uma posterior análise, não sendo, todavia, de excluir que tenham lançado mão, quer de fontes e temários bíblicos, quer da própria descrição da vida, e, particularmente, da morte da rainha Santa Isabel, não muito distanciadas no tempo, dos textos cotejados.

Restar-nos-á insistir no facto de resultar, da leitura comparativa das fontes utilizadas, já não o retrato objectivo de D. Filipa

de Lencastre, mas a sistematização dos atributos pertinentes à idealização da rainha-modelo, à qual cabe o desempenho de importantes funções sociais.

IV. Centrados na pesquisa até agora desenvolvida, parece-nos ser possível estudar a funcionalidade, na sociedade da época, das representações consideradas, com base em três índices:

1. Legitimidade de dinastia de Aviz;
2. Oportunidade do projecto expansionista;
3. Normatividade do modelo da "boa-rainha"

Tentamos provar a pertinência destes índices funcionais, esclarecendo-os à luz da sua contemporaneidade, isto é, indo, por fim, do texto ao contexto e neste discutindo os significados daquele.

Orientando a nossa atenção para o conspecto político-institucional do reinado de D. João I, sustentáculo de uma dinastia que se instalara no poder através de uma rebelião popular, é-nos facilmente compreensível a necessidade de se formular vias legitimadoras da sua realeza que suscitem ecos de aceitação nos vários corpos sociais. Tornar-se-ã, todavia, interessante acentuar que as regulamentações concretas da vida social medieval não partem de normas jurídicas abstractas e previamente formuladas. A própria lei, como se sabe, não era, ao tempo, tida como a principal fonte de direito, e nem sequer, porventura a mais significativa. Assim, se o novo reinado se encontrava juridicamente fundamentado pela argumentação de João das Regras, nas cortes de Coimbra de 1385, a partir do desenvolvimento da tese da origem popular do poder, ficava por preencher uma via de legitimação moral da dinastia que colhesse a aprovação de todo o reino, interrompido que fora um fluxo dinástico institucionalmente legítimo. Não sendo, porém, o tecido social homogêneo, a solidez política da nova dinastia só se poderia processar em função da adesão dos vários corpos parcelares, representativos do tecido social. Mais ainda, aos olhos da aristocracia medieval, parece não colher legitimidade uma dinastia que se instalara no poder por via popular. Ora, o estudo empreendido parece corroborar a hipótese de que tais funções legitimadoras foram preenchidas, parcialmente, pelos textos estudados, tendo, no caso vertente, as representações de D. Filipa de Lencastre um papel actuante a desempenhar.

Em resumo, parece ser possível identificar, nas representações até agora estudadas, a função de legitimar a nova dinastia, a partir da figura exemplar da "rainha santa". De tal trajecto parecem destacar-se alguns passos, que passamos a referir:

1. O casamento de D. Filipa de Lencastre com D. João I que consubstancia, institucionalmente, a aliança luso-britânica;
2. A formação da soberana, moldada pelos mais altos valores do código moral cristão;
3. O modelo de Esposa e Mãe que D. Filipa de Lencastre personifica, o qual está em consonância, aliás, com códigos comportamentais aristocráticos;
4. A sua atitude de educadora, veículo exemplar de transmissão à prole dos mais altos valores aristocráticos, e das normas de comportamento ensinadas pela Igreja Medieval;
5. A sua projecção no destino da dinastia, e mesmo da nação, ao distribuir, em vésperas da morte, funções sociais a desempenhar por cada um dos infantes, recomendando a D. Duarte "os grandes e pequenos destes regnos", (25) a D. Henrique "todollos senhores cavaleiros, fidalgos e escuteiros destes regnos" (26) e a D. Pedro a protecção d' "as donnas e donzelas" (27);

Finalmente, o episódio nodal de uma morte exemplar que, pela santidade que lhe é atribuída, como que, sacraliza toda a dinastia.

O mesmo tipo de transposições justifica uma outra indução acerca do seu papel legitimador do projecto expansionista. De facto, a sua ligação, como "actor" principal, ao despoletar empreendimento militar de Ceuta acaba por contagiar, igualmente, tal projecto, com o seu carisma de figura modelar. Na verdade, da solidariedade narrativa entre os preparativos para a tomada daquela praça e a doença e, sobretudo, o passamento da rainha, resulta a sacralização do empreendimento, ao que parece, por duas vias:

- . a entrega das espadas e relíquias pela soberana a seus



filhos, unindo assim, simbolicamente, o poder militar à propagação da fé;

a própria justaposição evolutiva da doença e morte exemplar da soberana ao avanço decisivo da empresa que ela desde o início, havia impulsionado.

A revivência operativa destas funções legitimadoras exerce-se, pensamos, em intimidade funcional com o nexos de normatividade, colhido de um modelo que se afirma como um símbolo incontestável de Esposa/Mãe, Rainha e Cristã, como atrás se referiu. Essa funcionalidade é, por outro lado, desempenhada por textos que, emergentes de um espaço sócio-aristocrático, transmitem valorações morais normativas que são igualmente, e implicam uma consequente noção de público a que servem. De facto, estas representações sistematizam, para compreensão do aristocrata medieval, atributos da rainha-modelo que se comunicam à dinastia que ela gerou, e dessa forma se transformam, parece-nos, num apelo ao cumprimento das obrigações institucionais e sociais da aristocracia para com a realeza, encontrando-se esta legitimada não só do ponto de vista jurídico, mas também moral, pela transposição, atrás documentada, do carisma pessoal de uma personagem-modelo.

- ( 1 ) FERNÃO LOPES - *Crônica del Rei Dom Joam I de boa memória e dos Reis de Portugal o décimo*. Parte Segunda, Lisboa, I.N., 1977, ed. de Luís F. Lindley Sintra.
- ( 2 ) GOMES EANES DE ZURARA - *Crônicas da tomada de Ceuta por el-Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências, (1915), ed. de Francisco Mariz Esteves Pereira.
- ( 3 ) D. DUARTE - *Leal Conselheiro*, Imp. Nac. Casa da Moeda, (1982), ed. de João Morais Barbosa.
- ( 4 ) FERNÃO LOPES - *ob. cit.*, capítulo XCVIII.
- ( 5 ) Idem, *Ibidem*, p. 209.  
 Para melhor compreensão transcreve-se o extracto em que tal expressão se encontra inserida: "El-Rey sayo daquelles paaços em cima dhuum caualho bramco em panos douro realmente vestido; e a Raynha em outro bl muy nobremente guarnida. (enquam nos categos coroas douro ricamente obradas de pedras e aljofar de grande prego, nom himdo aredados huum do outro, mas ambos jguall".
- ( 6 ) Idem, *ibidem*, p. 242.
- ( 7 ) Idem, *ibidem*, p. 211.
- ( 8 ) Idem, *ibidem*, p. 211.
- ( 9 ) Idem, *ibidem*, p. 211.
- (10) Idem, *ibidem*, p. 211.
- (11) Idem, *ibidem*, p. 211.
- (12) Idem, *ibidem*, p. 239,
- (13) GOMES EANES DE ZURARA, *ob. cit.*, p. 60.
- (14) Idem, *ibidem*, p. 107.
- (15) Idem, *ibidem*, p. 107.
- (16) Idem, *ibidem*, p. 108.
- (17) Idem, *ibidem*, p. 136.

- (18) Não poderemos esquecer que, Gomes Eanes de Zurara é o cronista do infante, facto que justifica, desde logo, a relação de preferência que estabelece entre aquele e D. Filipa de Lencastre.
- (19) GOMES EANES DE ZURARA, *ob. cit.*, p. 125.
- (20) Idem, *ibidem*, p. 135.
- (21) Idem, *ibidem*, p. 136-137.
- (22) D. DUARTE, *ob. cit.*, p. 104-105.
- (23) Idem, *ibidem*, p. 429.
- (24) Idem, *ibidem*, p. 430-431.
- (25) Idem, *ibidem*, p. 418 - nota b.

- QUADRO ANALÍTICO -

VERTENTES DE ANÁLISE

OS  TEXTOS	ESPOSA / MÃE				RAINHA				CRISTÃ			
	CASAMENTO	RELAÇÕES CONJUGAIS	RELAÇÕES MATERNAIS	ATITUDE EDUCADORA	ASCENDÊNCIA	POSTURAS SOCIAIS	POSTURAS INSTITUCIONAIS	VIRTUDES	VIVÊNCIA	DOENÇA	MORTE	
FERNÃO LOPES	*	*			*	*		*				
G. E. DE ZURARA		*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
D. DUARTE			*	*				*		*	*	
	MODELO DE ESPOSA / MÃE				A "BOA RAINHA"				MODELO DE VIRTUDES CRISTÃS			
	MODELO DE ESPOSA / MÃE ARISTOCRATA											
					A "RAINHA SANTA"							
					EXEMPLARIDADE DO MODELO							
<div><div><div><div><div></div><div>NORMATIVIDADE DO MODELO</div></div><div><div></div><div></div></div><div><div></div><div>LEGITIMIDADE DO PROJECTO EXPANSIONISTA</div></div></div><div><div></div><div></div></div></div></div>												

